

RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.371 - SP (2019/0022227-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **C M DO V E (MENOR)**
REPR. POR : **R L DO V E**
ADVOGADO : **CHRISTIAN LACERDA VIEIRA - SP362079**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **ROGÉRIO SILVEIRA DOTTI E OUTRO(S) - SP223551**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **C M DO V E (MENOR)** com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl.107):

APELAÇÃO. Obrigação de fazer. Procedência. Sentença que julgou extinta a ação, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil de 1973. Pretensão de matrícula em creche satisfeita antes da concessão da liminar. Perda superveniente do interesse processual. Fixação de honorários advocatícios. Descabimento. Não aplicação do princípio da causalidade. Parte que não se insurge contra a r. sentença que extinguiu a ação em razão de perda de interesse processual. Apelação que versa unicamente sobre fixação de honorários. Razoabilidade. Desprovido o recurso de apelação.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

A parte recorrente aponta violação ao art. 85, § 10, do CPC/2015. Sustenta que, em observância ao Princípio da Causalidade, a parte agravada deve ser condenada em honorários advocatícios, pois "*deu causa ao ajuizamento da ação, ao ser omissa com relação ao fornecimento da vaga por longo período, de forma que a concessão da vaga após o ajuizamento da ação e concessão da tutela antecipada, mas antes de sua citação, embora acarrete na perda do objeto (situação também conhecida como perda superveniente do interesse processual) não afasta o seu dever de arcar com os honorários de sucumbência conforme as regras estabelecidas pelo novo CPC*" (fl. 119).

É o relatório.

O inconformismo não comporta êxito, pois o Tribunal local, ao afastar a aplicação do Princípio da Causalidade, asseverou que "*uma vez que o presente recurso*

não se insurge contra a extinção do processo nos termos do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil de 1973, não há que se falar em fixação de verba honorária." (fl. 109).

Contudo, o recurso especial não impugnou o referido fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator